SEMANÁRIO#2483 - 30/5/20

Culturas

Livros

O futuro da democracia

Yves Mény é um cientista político francês e antigo presidente do Instituto Universitário Europeu de Florença
ALBERTO CRISTOFARI/CONTRASTO/4SEE

Será a fraqueza da democracia a sua força? Yves Mény escreve sobre como as vagas populistas e o desencantamento democrático acontecem num contexto de incapacidade — ou mesmo de impossibilidade — de apresentar alternativas

TEXTO **HENRIQUE MONTEIRO**

Yves Mény, francês nascido na Bretanha, 77 anos completados este mês, é um cientista político que dedicou vida e estudo à defesa da Europa e da democracia europeia. Podemos concordar ou não com as suas teses, mas somos forçados a reconhecer que têm uma lógica intrínseca forte e uma argumentação sólida. Mény durante anos dirigiu o Instituto Universitário Europeu de Florença (2002-2009), foi o fundador do Centro Robert Schuman para Estudos Avançados naquela universidade e ainda hoje é membro de inúmeros conselhos científicos de revistas de ciência política e de institutos.

★★★★

DEMOCRACIAS IMPERFEITAS — FRUSTRAÇÕES POPULARES E VAGAS POPULISTAS
Yves Mény
Imprensa de Ciências Sociais, 2020, trad. de Pedro Cerejo, 212 págs., €16
Ensaio

Neste livro (escrito antes da pandemia), "Democracias Imperfeitas", aborda de que modo a organização democrática é colocada em causa nos últimos tempos e caracteriza as vagas populistas e as frustrações populares como sinais e alertas

dessa imperfeição. No entanto, como sublinha, há aqui um paradoxo: a não existência de alternativa credível ao sistema democrático é, em si mesmo, o seu principal calcanhar de Aquiles. Curiosamente, os novos movimentos e regimes que contestam as democracias não têm modelos alternativos — como quando se tratava de lhes opor o absolutismo monárquico, ou o fascismo, ou o comunismo. Os conceitos são mais fluidos, e os contestatários, que agem sempre em nome de um povo pretensamente desprezado pelos partidos e pelas elites públicas e privadas, não sugerem qualquer organização social. Além de que "o anonimato da internet permite todo o descarregar de paixões, cóleras e frustrações". De tal forma que parece assistir-se ao que é a frase definidora do "Leviatã" de Hobbes: "O homem é o lobo do homem."

Mény alerta-nos para o facto de que todas as democracias se desgastam, passando, depois de uma fase eufórica, ao "desencantamento democrático". É quase fatal que assim seja, porque qualquer regime aberto e transparente mostra os podres que os outros ocultam. Mas — e no final falar-se-á da esperança e da razão pela qual a democracia tem hipóteses — o regime democrático tem o exclusivo de ser um livro em branco onde se pode inscrever muita coisa. Como prova, temos que a democracia já se revestiu de formas muito diversas e que a sua história, enquanto organização de uma sociedade, foi feita a partir de muitas fontes, algumas delas até pouco democráticas. Basta recordar como se foi alargando o direito ao voto e, de forma mais geral, o direito de cidadania, até à compreensão de que o cerne da democracia não reside tanto na imposição da vontade da maioria mas no respeito e direitos iguais que se concedem a minorias.

O centro da democracia (mesmo pelo seu étimo) é o povo. Mas não é isso que a distingue de regimes diferentes e opostos. Efetivamente, Mény refere que todos eles, qualquer que seja a sua natureza, se reclamam do povo, sobretudo desde o século XX. Um povo incensado, glorificado e mitificado numa abstração soberana, mesmo quando submetido, controlado e reduzido a uma espécie de "convidado de pedra", como a estátua do Comendador na ópera de Mozart "Don Giovanni". É ele também o alimento de populistas e de toda a espécie de combatentes antidemocráticos, para quem os conceitos de espaço ou de nação se sobrepõem aos do próprio povo. Aliás, a individualidade que nos traz o liberalismo começou por

ser algo dissonante do próprio conceito democrático, segundo o autor. O povo é aquele que combate uma nova classe — os tecnocratas —, por todos maldita mas indispensável para um funcionamento competente e informado da sociedade.

A não existência de alternativa credível ao sistema democrático é, em si mesmo, o seu principal calcanhar de Aquiles

Durante anos, sobretudo após a queda do Muro de Berlim, pensou-se que a democracia surgia com o desenvolvimento, numa relação direta com o PIB. A China, em primeiro lugar, veio desmentir essa visão. Pelo contrário, países do Sudeste Asiático ou mesmo a Turquia vêm colocar em questão se a democracia não é, em si mesma, um entrave ao desenvolvimento, surgindo como problema e não como solução.

E aqui chegamos a uma lição importante: "A democracia esteve quase sempre em crise", escreve Yves Mény. Por vezes parecendo quase morta, ressuscita e tem grandes avanços assim como grandes recuos, que chegam a fazer-nos duvidar da sua sobrevivência. É curioso, como acima ficou referido, que até ao século XX a democracia não era uma reivindicação popular. Aqueles que agiam em nome do povo queriam melhores condições e, inclusivamente, conquistar o poder, não para o partilhar, mas para esmagar os seus inimigos. Hoje, pelo contrário, as democracias não têm inimigos declarados. Todos aqueles que contestam os regimes democráticos (à exceção de extremistas religiosos) fazem-no sem apresentar alternativa ou apenas como modo de 'aprofundar' ou melhorar a democracia, nomeadamente através da igualdade.

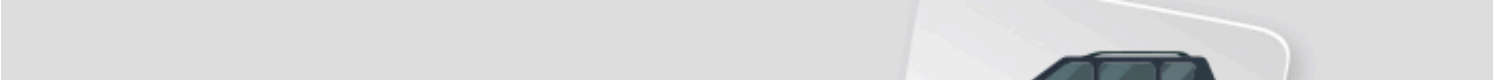
É assim que os "portadores" de uma nova visão do mundo redefinem conceitos como povo e democracia. Os populistas reivindicam-se como representantes de um povo 'esquecido' pelas democracias e pretendem combater as elites. Alguns chegam ao poder e, mesmo do alto dos seus cargos, mantêm a ideia de uma elite conspiradora e dominadora contra a qual combatem.

Mény considera que os "ventos sopram agressivos" para as democracias. E que

alguma radicalização de populismos europeus e americanos foi premeditada por ideologias que pensávamos estarem no lixo da História. “É interessante realçar que os populismos qualificados como sendo de direita pelos seus adversários não têm nenhuma hesitação em adotar e em veicular esse qualificativo, ao passo que os partidos de extrema-esquerda, cuja abordagem não é fundamentalmente diferente no que diz respeito à oposição entre povo e elites, geralmente preferem ser definidos mais pelo seu esquerdismo do que pela sua dimensão populista”, escreve Mény, dando abundantes exemplos. E recordando que parte dos movimentos populistas de extrema-direita, por exemplo, são respostas, ainda que erradas, a políticas que parte da população considera demasiado ‘liberais’ (como o aborto), demasiado ‘antinacionais’ (como acolher imigrantes) ou ‘espoliadoras’ (como o *welfare* e a subsequente redistribuição).

A questão é se a democracia flutua, não afunda? (o autor escreve-o em latim: *fluctuat nec mergitur?*). Ele parece ser relativamente otimista quanto à opção flutuante: “Está tudo por criar, inventar e imaginar sobre a democracia 3.0, aquela que conseguirá reconciliar o nacional e o global, o individualismo e o societal, ou, como dizia num outro contexto o cientista político Derek Urwin, a combinação do *right to roots* e do *right to options* ou, dito de outra forma, o direito a não escolher entre duas soluções igualmente detestáveis: uma democracia nacional fechada e recolhida sobre as suas terras ou um mercado global sem fé nem lei.”

Se conseguíssemos ler as quase oito páginas de bibliografia que o autor coloca no fim deste livro, certamente conseguiríamos uma resposta à questão: sobrevive ou não esta democracia que, no contexto da História, é uma organização recente?



[redacted]